

CONSTRUÇÃO E FOMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: A ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM LITORÂNEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Construction and promotion of public policies on solidarity economy: the organization of the coastal solidarity economy forum

Géssica Peres¹

Leila Andrésia Severo Martins²

Resumo: O trabalho apresenta o relato de experiência sobre a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP da UNIVALI/SC na formação da Rede de Políticas Públicas. Como forma de melhor organizar seus trabalhos, no ano de 2013 a Incubadora adotou a metodologia de trabalho em Rede, que iniciou com a elaboração de um diagnóstico. Com base na análise, foram mapeadas as demandas comuns entre os empreendimentos e o contexto dos municípios onde estão localizados, definido a partir de então, um plano de trabalho na área de políticas públicas. A principal estratégia da Rede é a organização dos processos de articulação e fomento das políticas públicas em Economia Solidária (ES) dentro do Fórum Litorâneo. Nesse fórum, estão concentrados os empreendimentos dos municípios que compõem a região litorânea do estado de Santa Catarina, que são assessorados pela Incubadora.

Palavras-chave: Economia Solidária; Políticas Públicas; Fórum Litorâneo.

Abstract: This paper presents an experience report on the performance of the Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP (Technological Incubator of Popular Cooperatives – ITCP) from UNIVALI / SC in the formation of the Network of Public Policy. As a way to better organize their work, in 2013 the Incubator adopted Network working methodology, which began with the drafting of a diagnosis. Based on the analysis, the common demands were mapped among the enterprises and the context of the municipalities where they are located, defined thereafter, a plan of work in the area of public policy. The main strategy of the Network is the organization of the processes of articulation and promotion of public policies on Solidarity Economy within the Coastal Forum. In this forum, the Solidarity Economy Enterprises of the municipalities that make up the coastal region of the state of Santa Catarina are concentrated and are advised by the Incubator.

Keywords: Solidarity Economy; Public Policy; Coastal Forum.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta o relato de experiência do trabalho desenvolvido dentro de um da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) que é um projeto de extensão

universitária, que abrange a região do litoral norte do estado de Santa Catarina, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas em Economia Solidária.

Para o efetivo crescimento e autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que são assessorados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí – ITCP/UNIVALI e organizados dentro de um Fórum Litorâneo de Economia Solidária.

O Fórum Litorâneo Fórum Litorâneo é um espaço de articulação das políticas públicas, ou seja, é uma forma de organização do movimento de economia solidária. O Fórum Litorâneo tem atuação abrangente na região do litoral norte do estado de Santa Catarina.

No Fórum Litorâneo, a atuação da ITCP e a articulação das políticas públicas se organizam em redes de trabalho: Rede de Pontos Fixos de Comercialização; Rede de Cooperativas de Catadores; Rede de Alimentação e Rede de Políticas Públicas. A metodologia do trabalho em rede é fundamental para o fortalecimento dos empreendimentos por meio da assessoria técnica, formação e troca de experiências entre os empreendedores que integram o Fórum Litorâneo.

A relevância do tema das políticas públicas em economia solidária reside no fato de tratar-se de uma política cujo público alvo não são beneficiários individuais, mas sim coletivos, ainda por programar iniciativas de geração de trabalho e renda, iniciativas de organização popular e capacitação profissional, como alternativas para o fortalecimento do associativismo e cooperativismo e fomento à organização da Economia Solidária na sociedade.

As políticas públicas em economia solidária estão se estruturando desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003 que é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A SENAES, desde então, ficou comprometida em divulgar e apoiar o crescimento de grupos de economia solidária no país.

Outra política de fomento à economia solidária é o apoio e parceria das universidades, através dos projetos de extensão, ou seja, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que tem empreendido um esforço importante no tratamento do assunto através da construção de estruturas de intervenção e apoio ao desenvolvimento das práticas de economia solidária.

Apesar dos avanços, atualmente ainda nos deparamos com as dificuldades na compreensão das especificidades dos processos de inserção da economia solidária no sistema político.

O referido trabalho tem como objetivo socializar a experiência sobre a organização das políticas públicas por meio do Fórum Litorâneo. Objetiva destacar a importância do envolvimento das esferas públicas e políticas no incentivo à economia solidária, desse modo servindo como reflexão sobre os avanços das políticas públicas e o apoio das Incubadoras Universitárias nesses processos.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

As políticas públicas em Economia Solidária têm se ampliado significativamente no Brasil a partir da criação da SENAES, no ano de 2013, principalmente por ser precursora na geração de trabalho e renda, sustentabilidade, inclusão social, desenvolvimento econômico e a autogestão, principalmente para os trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho.

Segundo Singer (2002^a, p.10) “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Desse modo, a Economia Solidária surge como uma alternativa de trabalho, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

De maneira geral, a ESé uma nova forma de organização econômica a partir do trabalho coletivo, um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar e pode ser entendida como o conjunto das atividades que contribuem para a democratização

econômica a partir do engajamento dos indivíduos em formas coletivas de organização no trabalho.

Os EES surgiram como saída para a exclusão social e proporcionaram condições aos cidadãos para a autonomia e possibilidades de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, o que não era valorizado na sociedade capitalista.

Para Gaiger (2002, p.64) Os empreendimentos coletivos possuem uma democracia de remuneração do trabalho que se difere do capitalismo, por isso, estimular a formação de novos empreendimentos solidários, conseqüentemente será uma alternativa para o desemprego. Esses empreendimentos trabalham coletivamente e a motivação dos trabalhadores pode ser motivo de competitividade para a economia capitalista, que nessa economia era obtida pela divisão e alienação do trabalho.

Diferentemente do trabalho exercido nas empresas capitalistas, nas cooperativas e/ou associações, o trabalho é exercido de forma autogerida, onde todos que trabalham são donos e trabalhadores do empreendimento, e os resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

Desse modo, as cooperativas são organizações geridas de modo democrático, em que é oferecido aos seus participantes os mesmos direitos e deveres, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, tanto no âmbito individual, o que oportuniza o trabalhador a adquirir uma independência financeira, quanto no âmbito social, pois abrange toda a sociedade que está envolvida, contribuindo assim, para a redução da pobreza, geração de empregos e ainda promovendo integração social.

A ES pode ser organizada e dividida em empreendimentos solidários, órgãos de representação e articulação política, organizações civis de apoio programas públicos de organismos estatais. Embora a economia solidária esteja bem organizada atualmente, ela ainda está inserida numa sociedade de economia capitalista, que o seu sucesso vai depender das condições e determinações do mercado, que como sabemos, encontra-se competitivo.

Por isso, a ES precisa ser reforçada por um conjunto de políticas públicas que possam servir de estopim para o fortalecimento econômico, bem como a formação e manutenção dessas organizações, como redes de apoio, assessoria e fomento para a abrangência e abertura de novas possibilidades de crescimento e efetivação dessa economia, contribuindo para a inclusão social e priorizando a qualidade de vida e direitos de trabalhadores cidadãos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o fortalecimento da ES e o desenvolvimento de políticas públicas, há um grande desafio dos empreendedores em procurar apoio governamental para essa economia ser reconhecida, com a finalidade de estabelecer novos princípios e novas formas de produção e consumo.

De acordo com Souza (2006) “a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz”. Para isso, é preciso que haja uma participação ativa de todos os envolvidos nesse processo de busca pela melhora da qualidade de emprego, renda e direitos sociais e, posteriormente qualidade de vida para toda a sociedade.

Sobre a política de incentivo à economia solidária Schwegber (2004, p.2) destaca que o fomento à economia solidária é uma política de desenvolvimento que é voltada para o público que historicamente tem ficado excluído do mercado de trabalho. Desse modo, é

preciso políticas que possam articular instrumentos para diversas áreas (saúde, educação, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, financiamento, entre outras) para que

possa haver a sustentabilidade e emancipação social a fim de reduzir os níveis de pobreza e exclusão social.

O fomento no desenvolvimento de políticas voltadas aos EES precisam incluir práticas de caráter educativo, através de formações que abordem diferentes áreas. É preciso que os empreendedores possam estar atualizados com relação às questões que vão desde a organização da produção e do trabalho até aos controles administrativos e comerciais.

Essas políticas tem que objetivar a implementação de ideias novas, criativas que auxiliem na construção da viabilidade com planejamento da demanda para tornar o empreendimento eficiente e capacitado para sobreviver no mercado de trabalho.

Nesse contexto, se faz necessário o surgimento ainda maior de espaços de participação na esfera pública, pois são nesses espaços que são acolhidos e discutidos os problemas e propostas dos movimentos de economia solidária, que buscam os direitos de uma vida digna enquanto cidadãos de uma sociedade.

A política de fomento à ES deve reconhecer e fortalecer a organização social desses trabalhadores, objetivando contribuir para a erradicação da pobreza, reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas dessa economia, promover a integração de várias políticas públicas que possam dar suporte na busca de entidades de apoio e fomento.

Sobre essas políticas Monteiro (2009, p.68) coloca que as políticas públicas voltadas à economia solidária tem que ir além dos projetos de iniciativa econômica, mas que busquem a emancipação e uma nova relação homem-trabalho, para que os trabalhadores foquem nesse processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a ES apresenta um grande potencial de organização e integração de cadeias de produção, o que fortalece as iniciativas relacionadas ao crédito e trocas e, principalmente, as relações sociais e culturais.

Para a disseminação de políticas públicas em Economia Solidária se faz necessário primeiramente o esforço coletivo, a participação e relação das esferas públicas no comprometimento de estabelecer o desenvolvimento de propostas criativas, que venham a beneficiar as comunidades ainda não organizadas e fornecer subsídios que visem o desenvolvimento econômico, social e para que haja o empoderamento dessa política de desenvolvimento alternativo que valoriza os princípios da Economia Solidária.

4A ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM LITORÂNEO

De maneira geral, o Fórum Litorâneo é uma forma de organização do movimento de economia solidária de Santa Catarina que se organiza por: Fórum Municipal, Fórum Regional, Fórum Estadual e Fórum Nacional de economia solidária e tem atuação abrangente na região do litoral norte do estado de Santa Catarina. É um espaço de articulação das políticas públicas para a economia solidária, articulação de processos de comercialização para os empreendimentos econômicos solidários (EES) e de apoio, fomento e mobilização da economia solidária.

A Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) abrange os municípios de Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. Como está representado na figura 1:

Figura 1 –Municípios da Associação³



Fonte: AMFRI disponível em: <www.amfri.org.br>

O Fórum Litorâneo fomenta as políticas públicas em todos os municípios da AMFRI e inclui os municípios de Brusque e Balneário Camboriú que não fazem parte da associação.

As políticas públicas no Fórum Litorâneo estão organizadas por entidade de apoio e fomento e poder público da seguinte maneira:

Navegantes: ITCP/UNIVALI e Fundação Cultural;

Itapema: Secretaria de Turismo, Fundação Cultural, Fundação do Meio Ambiente e do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Fundação Banco do Brasil (DRS-BB);

Porto Belo: Secretaria de Turismo, Fundação Cultural e SEBRAE;

Balneário Camboriú: Assistência Social, ITCP/ UNIVALI, Programa Desenvolvimento Regional Sustentável da Fundação Banco do Brasil (DRS-BB), Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SDIS-PMBC) e Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SECTUR-BC);

Itajaí: ITCP/UNIVALI, Lei do Conselho Municipal de Economia Solidária (projeto SENAES), Banco do Brasil, Ação Social do Bairro São João, Centro de Direitos Humanos de Itajaí, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e CEPESI;

Brusque: Veio fazer parte do Fórum Litorâneo por opção de proximidade e afinidade nos trabalhos e tem apoio da Secretaria de Assistência de Economia Solidária e projeto para Economia Solidária junto à SENAES para execução no ano de 2014;

Os municípios de Luiz Alves, Piçarras, Penha, Camboriú, Bombinhas e Ilhota, têm iniciado trabalhos sobre organização em ES, buscando o fomento para o desenvolvimento e fortalecimento dessa economia.

Estas iniciativas da política pública em cada município acontecem através de projetos, apoio e fomento da comercialização com feiras, lojas de comércio justo, oficinas de aperfeiçoamento e apoio às cooperativas de reciclagem.

6 O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES NO FÓRUM LITORÂNEO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UNIVALI, foi criada no ano de 2008, é um Programa de Extensão Universitária que trabalha com o processo de incubação e acompanhamento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), apoio e

fomento para a formação de grupos empreendedores, cooperativas, associações e entidades sem fins lucrativos fim de garantir autonomia, independência, cooperação, solidariedade e respeito à natureza, com o intuito de promover a dignidade e valorização do trabalho coletivo, inclusão social, valorização dos direitos de ser humano e o desenvolvimento de alternativas para geração de trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária.

Diante dos movimentos de economia solidária e com o crescimento da demanda, a incubadora adotou o método de trabalho através da incubação de redes, organizando-se em redes de assessoria e incubação, ficando como Rede de Orgânicos, Rede de Comercialização do Litoral Norte, Rede de Catadores e Rede de Políticas Públicas, sendo essa última a responsável pela articulação e fomento das políticas públicas no Fórum Litorâneo de Economia Solidária. Dentre as diversas atividades realizadas pela Rede de Políticas Públicas dentro do Fórum Litorâneo, pode-se destacar:

a) Feiras EcoSolidárias da UNIVALI e feiras regionais de Economia Solidária

As feiras EcoSolidárias são temáticas e internas da universidade que têm como proposta disponibilizar um espaço para comercialização e divulgação do trabalho dos EES e expansão do conhecimento da Economia Solidária. No decorrer do ano foram realizadas cinco feiras temáticas, ficando organizadas como: Feira EcoSolidária do Dia das Mães, Feira EcoSolidária do Dia dos Namorados, Feira EcoSolidária do Dia dos Pais, Feira EcoSolidária do Dia das Crianças e Feira EcoSolidária de Natal.

A organização e divulgação das feiras são realizadas pela equipe de bolsistas, professores e pela técnica de campo da incubadora. No entanto, a Rede de Políticas Públicas realiza a articulação e mobilização dos EES do Fórum Litorâneo para participação nas feiras da Universidade e feiras locais e regionais que ocorrem. Também mobiliza os EES para que os mesmos busquem apoio municipal para realização de feiras locais, sempre fortalecendo a conquista e emancipação de espaços de comercialização, melhorando as condições de trabalho e de renda para os envolvidos.

Com essa articulação e mobilização, os EES buscaram apoio para realização de feiras, sendo que cada município do Fórum Litorâneo, realiza feiras semanalmente e/ou mensalmente, sendo que ainda participam de feiras nas cidades de Blumenau e Gaspar, e muitos dos EES já participaram em feiras mundiais e estaduais, como a Feira Mundial de Economia Solidária de Santa Maria/RS, feiras em Gramado/RS e Curitiba/PR. E para as Feiras EcoSolidárias, sugeriram que as mesmas ocorressem mensalmente na Universidade.

b) Participação no 2º Fórum Social Mundial e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária de Santa Maria/RS

A Feira Mundial de Economia Solidária de Santa Maria é um grande espaço de articulação, debate, troca de ideias e de Comercialização de Produtos dos Empreendimentos Solidários do Rio Grande do Sul (RS) e do Brasil e com a participação da Economia Popular Solidária dos Países do MERCOSUL.

A Rede de Políticas Públicas mobilizou os EES do Fórum Litorâneo e organizou uma caravana, que somou em 41 integrantes para participação na Feira Mundial de Economia Solidária.

A participação nesse evento teve como objetivo, propiciar aos EES a articulação, troca de ideias e experiências com outros movimentos, motivação para o consumo sustentável, comércio justo solidário e promoção de políticas públicas. Durante o evento, os bolsistas e integrantes dos EES tiveram a oportunidade de participar das oficinas de

formação e do encontro da Rede de ITCP's, e ainda no final do evento, receberam um certificado de participação.

c) Encontro da Rede de ITCP's

Uma das importantes atividades desenvolvidas foi a articulação das políticas públicas junto às ITCP's, no Encontro de Incubadoras das Universidades numa reunião que ocorreu em Itajaí em março de 2013 no Centro Público de Economia Solidária (CEPESI).

Essa reunião foi dividida em dois importantes momentos: sendo o primeiro a reunião do Fórum Catarinense de Economia Solidária, que teve como objetivo socializar e debater sobre a procedência da economia solidária no estado, os avanços e os desafios. No segundo momento, foi realizada a reunião da rede de incubadoras de SC que teve como foco a articulação de políticas públicas para a captação de recursos para as cooperativas de catadores.

Nesse encontro foi possível avaliar a importância das incubadoras do estado em articular e fomentar a qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios para os empreendedores.

7 RELATO DE EXPERIÊNCIA

a) Diagnóstico da Rede de Políticas Públicas

Com o acompanhamento e participação em reuniões municipais do Fórum Litorâneo, a Rede de Políticas Públicas detectou a necessidade da elaboração de um diagnóstico, que através de coleta de dados pudessem perceber os pontos fortes e fracos dos municípios.

O diagnóstico da rede de políticas públicas foi realizado através de um questionário semiaberto, que foi elaborado e encaminhado via e-mail para os empreendedores, que responderam as questões e enviaram novamente para a equipe da incubadora, que posteriormente, ser analisado e computado os dados e fazer uma devolutiva para os empreendedores.

Nesse diagnóstico foi possível perceber as forças e fraquezas do Fórum Litorâneo num todo. Conclui-se que há uma grande variedade de produtos, os empreendedores possuem parceria com entidades, as associações são autogestionárias e os princípios da economia solidária são seguidos. Porém há a necessidade de criação de Fóruns Municipais, o fortalecimento de realização de reuniões coletivas, organização para a participação em eventos e formações específicas, busca de apoio financeiro e conseguir manter a união do grupo coletivo.

A partir desse diagnóstico foi possível desenvolver um plano de ações conjuntas, dentre elas, destaca-se: a realização de formações em relacionamento intrapessoal e interpessoal, oficinas de Línguas Estrangeiras (Inglês e Espanhol) e formação sobre Turismo Solidário.

b) Participação em Encontros e Reuniões do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES)

A Rede de Políticas Públicas tem participado efetivamente em encontros e reuniões do FCES que a partir das discussões, permitiram o avanço na organização do movimento de Economia Solidária e no debate da política pública. Tendo como impacto de atuação social a qualificação das intervenções e protagonismo dos sujeitos nos espaços de participação democrática.

f) Monitoramento do Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES) de Itajaí

A participação da Rede de Políticas Públicas nas reuniões mensais do CMES surgiu

através da parceria com o Observatório de Políticas Públicas (OPP) da Universidade. O OPP que assim como a ITCP, é um projeto de extensão universitária que é voltado para identificar as demandas da sociedade civil e assessorar suas representações, fortalecendo as entidades e organizações parceiras quanto à efetivação de seus direitos.

Para realização de suas atividades, o OPP segue duas linhas programáticas de atuação, sendo uma delas o monitoramento, formação e assessoramento em políticas públicas. As reuniões de acompanhamento e monitoramento do CMES foram realizadas toda a primeira terça-feira de cada mês do ano de 2013.

O monitoramento do CMES teve como objetivo a composição de um dossiê. Esse documento permite acompanhar os acontecimentos e as discussões do Conselho, para posteriormente, fomentar o fortalecimento da Política Pública de Economia Solidária do município. Outro aspecto importante da participação da rede nas reuniões do CMES foi o acompanhamento na efetivação do Projeto SENAES em Itajaí, o que resultou numa grande conquista para o município.

Os grandes desafios no CMES é o acompanhamento, monitoramento e implementação de políticas públicas de economia solidária no município de Itajaí.

g) Ato Solene e Homenagem aos EES na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

A Rede de Políticas Públicas mobilizou os EES do Fórum Litorâneo para prestigiar as dez entidades indicadas pelo Fórum Catarinense de Economia Solidária para serem homenageados, devido suas experiências e importância na Economia Solidária do Estado de Santa Catarina. Para homenagear os EES a Assembleia Legislativa realizou um ato solene, que dentre os empreendimentos homenageados, o CEPESI e a COOPERFOZ foram os representantes de Itajaí.

Esse evento importante para a história da economia solidária em Santa Catarina teve como objetivo discutir e culminar iniciativas do Poder Legislativo na criação de agenda governamental para a construção de políticas públicas em economia solidária no estado. Com isso, foi criado a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária na Assembleia Legislativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Incubadora tem como objetivos contribuir com o fortalecimento de ações de economia solidária, quer na assessoria e formação política de seus membros quer na mobilização coletiva por políticas públicas para fomento, sustentação e manutenção dessas organizações. O sucesso de muitos desses empreendimentos depende da competência de seus membros e de políticas públicas que promovam e viabilizem tais ações.

O trabalho de incubação é norteado pelos princípios da economia solidária. Com o intuito de apoiar e contribuir para a disseminação de políticas públicas que versem sobre a inclusão social, a geração de trabalho e renda. A Rede de Políticas Públicas realiza a articulação e mobilização dos Empreendimentos Econômicos Solidários para a participação nas feiras da Universidade, feiras locais e regionais e nacionais visando fortalecer a conquista e emancipação de espaços de comercialização, para melhorar as condições de trabalho e renda para os envolvidos.

A Rede atua na articulação de ações das Incubadoras no estado com a participação em encontros da Rede de Incubadoras e reuniões do Fórum Catarinense de Economia Solidária. Desenvolve ainda atividades de formação, reconhecimento e valorização dos empreendedores.

Nesse sentido, foi possível destacar o papel da Incubadora e dentro do Fórum Litorâneo no apoio e fomento para o desenvolvimento de políticas de incentivo à Economia

Solidária. Com base nos trabalhos desenvolvidos foi possível sensibilizar os empreendedores sobre a importância das políticas públicas em economia solidária, em programar iniciativas de geração de trabalho e renda, iniciativas de organização popular e capacitação profissional desses empreendimentos no que tange o fortalecimento da Economia Solidária, desenvolvimento econômico e a autogestão.

O trabalho realizado buscou o empoderamento dos empreendimentos e que estes sejam precursores de mudanças no cenário de políticas públicas que beneficiem o movimento da economia solidária.

Um grande desafio da Rede de Políticas Públicas no Fórum Litorâneo está na dificuldade em reunir todos os empreendedores, para que participem ativamente das formações. Isso requer um esforço coletivo na divulgação desses eventos para que a informação chegue para todos esses empreendedores, pois, o Fórum Litorâneo é um espaço de articulação das políticas públicas abrangentes que envolvem muitas pessoas, tanto dos empreendimentos, quanto da esfera política.

Considerando os avanços das políticas públicas em economia solidária, o maior dos desafios ainda está pautado na inserção da economia solidária na agenda pública. Desse modo, o desafio ainda permanece quando nos referimos nas políticas do âmbito do governo e como elas se constituem enquanto políticas mais permanentes.

Para concluir, tal concepção e modo de programar as políticas de economia solidária não encontra unanimidade em razão da diversidade de contextos nos quais tais políticas são empreendidas, no que implica em diferentes visões sobre a concepção dessa política, seu nível de estruturação, bem como sua forma de implementação.

NOTAS

1 Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí. Bolsista de Extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. E-mail: gessicaperes@univali.br

2 Coordenadora da ITCP. Mestre em Educação e Cultura. Psicóloga. Professora do Curso de Direito, Administração e CST Gestão de RH Univali.

3 AMFRI. Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí. Municípios da Associação. Disponível em [http: <www.amfri.org.br>](http://www.amfri.org.br) Acesso em: 06 de dezembro de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMFRI. **Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí**: Municípios da Associação. Disponível em [http: <www.amfri.org.br>](http://www.amfri.org.br) Acesso em: 06 de dezembro de 2013.

BONI, I.M. **Desafios para incrementar a associação do turismo à economia solidária: a experiência do CEPESI em Itajaí/SC**. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú, 2014.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Histórico dos Fóruns Estaduais.** <www.fbes.org.br>. Acesso em: 15/3/2013.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **III Plenária Nacional de Economia Solidária.** 2005. <www.fbes.org.br>. Acesso em: fevereiro de 2013.

FBES. Fórum Brasileiro da Economia Solidária. **A Trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social. Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES).** <www.fbes.org.br> Acesso em: 20 de junho de 2013.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

MONTEIRO, P. C. **A economia solidária como política pública:** Desafios de uma construção – Reflexões a partir da experiência baiana. Salvador, 2009.

PAEZ, L. F. V. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo.** Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

SCHWEGBER, A. **Diretrizes para uma política pública de Economia Solidária no Brasil:** A Contribuição da rede de gestores. Ciclo de debates, 16 e 17 de dezembro de 2004, Porto Alegre. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/conf_rede.pdf. Acesso em 07 de dezembro de 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002. p.4.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** uma revisão de literatura. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro 2013.